

A precarização do trabalho de estagiário no mundo do jornalismo cearense¹

Naiana Rodrigues da Silva²
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo qualificar experiências singulares de trabalho de estágio em jornalismo vividas pelos egressos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Por meio da abordagem do binômio comunicação e trabalho (FÍGARO, 2008), analisamos de modo dialético a vinculação das vivências particulares dos jovens jornalistas com as transformações produtivas e concluimos que a precarização dita o tom da entrada dos estudantes no mundo do trabalho por meio de fenômenos como a densificação e intensificação das atividades de trabalho (ANTUNES, 1999).

Palavras-chave

Trabalho; estágio; jornalismo; densificação; romantização.

Introdução

Clark Kent, Lois Lane, Peter Parker e TinTin³ são alguns personagens de jornalistas que habitam o mundo da ficção e o imaginário popular de diferentes gerações, moldando um ideal de heroísmo da profissão. O jornalista de fábulas televisivas e cinematográficas, geralmente é portador de uma dupla identidade e costuma sacrificar sua vida pessoal e agir de forma abnegada em prol de um bem maior para a humanidade. Vestígios dessa imagem do jornalista como paladino da justiça e da sociedade podem ser encontrados nas rotinas de trabalho e até mesmo nos manuais deontológicos da profissão, envoltos no *ethos* e nos valores que orientam o fazer jornalístico.

Contudo, diferente das narrativas ficcionais, nas quais o jornalista consegue salvar o mundo, as histórias da maioria dos profissionais no tempo presente parecem se estagnar nas provações, se usarmos como parâmetro a saga do herói de Campbell (2005). A busca

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora no Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC); doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP.

³ Respectivamente, criações de DC Comics, 1930; DC Comics, 1930; Marvel Comics (Stan Lee), 1962 e Hergé, 1934.

da recompensa, etapa final da jornada de um herói, soa penosa para os jornalistas cujas trajetórias podem nunca chegar ao momento de redenção, quando o herói alcança o sucesso, por meio da transformação da realidade adversa com a qual se deparou no início de seu percurso (CAMPBELL, 2005).

O herói é uma figura mítica presente em diferentes culturas com o intuito de oferecer modelos de ação e comportamento. Apesar de ser um arquétipo poderoso para a construção do caráter e da moral dos sujeitos, há sempre o risco de um herói caducar frente as transformações históricas e culturais. No caso do jornalismo, a crise de credibilidade e confiança que afeta a profissão (CHRISTOFOLETTI, 2019) colabora para a perda de força do mito do jornalista heroico, defensor da democracia, que circula no campo ideológico da profissão (TRAQUINA, 2005). Em contrapartida, o reforço da imagem heroica do profissional pode ser usado como um artifício de afirmação social da profissão ou de conformação às lógicas dominantes no mundo do trabalho, por meio da naturalização de situações que são históricas, como a precarização das condições de trabalho (FÍGARO, NONATO e GROHMANN, 2013) e a flexibilidade das relações de trabalho (ANTUNES, 1999).

A tomada de consciência dessa realidade nos impede de considerar o jornalista um herói dotado de força sobre-humana, capaz de superar os percalços da profissão sozinho. Preferimos olhar para esse profissional como trabalhador, um sujeito que integra a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999) e vive os dilemas próprios do mundo do trabalho contemporâneo. Para muitos jornalistas, os desafios começam antes mesmo da entrada no mundo do trabalho.

O primeiro deles é a formação em uma universidade pública, que apesar do mérito de ensino reconhecido pela sociedade⁴, enfrenta a falta de investimentos, sobretudo as instituições de ensino superior federais, depois da promulgação, em 2016, da emenda constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos⁵. À falta de investimentos no ensino superior, somam-se outras medidas legais que desregulam a profissão no Brasil, como o julgamento do Supremo Tribunal Federal que, ainda em 2009, considerou desnecessário o diploma de graduação em Jornalismo para o exercício da profissão; e a

⁴ Conforme ranking de universidades realizado pela Folha de São Paulo, a USP, a Unicamp e a UFRJ são as três melhores universidades do País. Mais informações em: <https://rnf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>.

⁵ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>

medida provisória 905, aprovada, em 2019, pelo Governo Federal, que desobriga a necessidade de registro profissional para jornalistas, publicitários, radialistas e profissionais de outras áreas.

Essas circunstâncias integram uma dimensão normativa das transformações no mundo do trabalho do jornalismo e podem desorientar os jornalistas, sobretudo os jovens que estão adentrando o mundo do trabalho do jornalismo pela primeira vez por meio do estágio em redações, agências de comunicação e setores de comunicação e marketing de empresas privadas. Ávidos pela independência financeira, ansiosos pela prática profissional, interpelados pela responsabilidade social da profissão e munidos de novas competências, quais experiências esses jovens vivem no mundo do trabalho do jornalismo?

Neste artigo, apresentamos resultados parciais da pesquisa “As dramáticas dos jovens jornalistas cearenses no mundo do trabalho: um estudo sobre os saberes, os valores e o ethos da profissão” desenvolvida a nível de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Sob a perspectiva do binômio comunicação e trabalho (FÍGARO, 2008), investigamos as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) vividas pelos egressos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) e como estas mobilizam novos saberes para a realização das atividades laborais e novas identidades de trabalho para a profissão.

Para este estudo, centralizamos o debate em torno de informações relativas à experiência de trabalho, durante o estágio, vivida por 131 jovens jornalistas graduados entre 2014 e 2018. Esses dados foram coletados pela aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas durante o ano de 2019 e analisados sob o viés dialético das pesquisas em comunicação e trabalho.

O binômio comunicação e trabalho

A comunicação e trabalho é uma abordagem de estudos de caráter pluridisciplinar que investiga as transformações no mundo do trabalho na comunicação e no jornalismo a partir de uma visada dialética proveniente do materialismo histórico-dialético (MARX; ENGELS, 2010), da Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) e dos estudos de linguagem e discurso (LEONTIEV, 1976) para compreender como as grandes mudanças do sistema produtivo repercutem no microcosmo do trabalho.

Para isso, Roseli Fígaro (2008), precursora dos estudos em comunicação e trabalho, apropriou-se da categoria trabalho sob o viés materialista e da ideia de atividade humana dos estudos ergológicos de forma a construir um aporte conceitual para entender as dinâmicas do mundo trabalho por meio da comunicação, o que mobiliza assim dois eixos de pesquisa que estão no cerne do binômio comunicação e trabalho: “a) com o objetivo de conhecer a atividade de trabalho, portanto, o mundo do trabalho; b) melhor entender as relações de comunicação, o processo de comunicação, os sujeitos (*corpo si*) da comunicação” (FÍGARO, 2009, p. 6).

A autora defende, portanto, que a abordagem teórico-metodológica do binômio comunicação e trabalho possibilita a articulação dos conceitos de trabalho, linguagem e comunicação como elementos que estão no cerne do saber/fazer humano. A ideia de atividade humana abarca a capacidade do homem de criar, planejar, memorizar e aprender. Essas dimensões compõem a atividade de trabalho e poderão ser observadas a partir de estudos *in loco* do trabalho ou poderão ser apreendidas/narradas por meio de entrevistas com os trabalhadores.

A pluridisciplinaridade como marca genética do binômio comunicação e trabalho corroboram sua atualidade científica, provendo-lhe recursos para construir movimentos que tentam entender os sujeitos no trabalho e as condições de trabalho, compreendidas aqui não só como condições ao exercício da atividade de trabalho, mas condições da existência do próprio trabalho e dos sujeitos.

A abordagem ergológica de comunicação e trabalho destaca a relação dialética existente entre o micro e o macro-social. Esta perspectiva teórica propicia entender o trabalho em acepção ampla -como atividade humana- permite ao trabalhador e, portanto, ao sujeito ser de comunicação, ocupar o lugar que ele merece nas pesquisas (FÍGARO, 2009, p. 38-39).

O sujeito que só alcançou um lugar privilegiado nas pesquisas em comunicação por meio dos estudos de recepção é o protagonista dos estudos em comunicação e trabalho. Um sujeito que trabalha comunicando, que comunica sobre o trabalho ou no trabalho, colocando assim em relevo a complementaridade entre a comunicação e o trabalho no cenário contemporâneo, de modo que juntos podem tanto servir à reprodução do sistema hegemônico quanto catalisar movimentos de transformação da realidade. (FÍGARO, 2008). Essas transformações se dão também em nível discursivo, por meio de

uma disputa ideológica que visa dar significado ao trabalho, ditar quais os sentidos do trabalho para os sujeitos, e conformá-los às lógicas dominantes do sistema produtivo.

A linguagem forja a comunicação entre os homens nas situações de trabalho. Ao passo em que produz algo, por meio do trabalho, o homem se comunica, recorrendo à linguagem, a códigos linguísticos diferentes. “(...) a linguagem não desempenha apenas o papel de meio de comunicação entre os homens, ela é também um meio, uma forma de consciência e do pensamento humanos, não destacado ainda da produção material” (LEONTIEV, 1976, p. 93). Como explica o autor, o surgimento do trabalho tem consequências sobre a constituição orgânica do homem e sobre sua organização social, afinal, uma das condições para a caracterização de uma atividade de trabalho é o viver em grupo, a partilha de um comum coletivo, que nem todos os animais, mesmo os símios, que apresentam sistemas de comunicação complexo e de inter-relações hierárquico, conseguiram desenvolver (LEONTIEV, 1976, p. 79).

Ou seja, mesmo quando trabalho sozinho, minha atividade é social. E o que isso verdadeiramente quer dizer? Como ao trabalhar o homem se faz um ser de sociedade? Essa é a questão que nos remete a problematizar trabalho e comunicação, eixos de uma mesma construção social, a da ‘humanidade’ do homem. (FÍGARO, 2008, p. 117).

A autora conclama assim o pressuposto materialista de que o trabalho é resultado da relação estabelecida entre o homem e a natureza e força-motriz da organização social, de modo que é por meio do trabalho que o ser humano singular se integra ao coletivo, à sociedade. “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX E ENGELS, 2010, p. 97). Sob essa determinação social, o marxismo olha para as relações produtivas, que nada mais são do que as relações entre o trabalhador e o sistema produtivo, as quais são tão intrincadas que conforme o modo de produção se transforma, o próprio homem se modifica.

Sendo assim, o ato de trabalhar não atende apenas às expectativas de sobrevivência imediata, ele comporta uma dimensão maior de marca do ser humano no mundo. E para entender como o ser humano é marcado pelo trabalho, entra em cena a Ergologia, abordagem que se estrutura em meio à reestruturação produtiva, nos idos de 1980, com o intuito de compreender as mudanças no trabalho provenientes, sobretudo, da presença de novas técnicas e tecnologias no mundo do trabalho (SCHAWRTZ; DURRIVE, 2007). “A abordagem ergológica permite situar de maneira complexa o conceito de trabalho porque o remete à atividade humana” (FÍGARO, 2008, p. 117).

Uma das assertivas provenientes da abordagem ergológica é a de que a atividade de trabalho se dá sempre por meio da negociação de normas que a regem. A normatização e as condições dela decorrentes caracterizam o trabalho prescrito e o trabalho real, categorias herdadas da Ergonomia que ajudam a compreender as dinâmicas produtivas em situações micro no mundo do trabalho.

Seus estudos verificaram que, entre o trabalho prescrito pelas normas antecedentes (manuais, regras de utilização de materiais e máquinas, divisão e organização do processo de trabalho) e o trabalho realmente realizado, no momento exato de sua realização, existe uma ‘distância’ (lacuna). Esta distância é o dado inusitado do trabalho, é fruto da ‘gestão’ própria, de ‘si mesmo’, do ser humano que trabalha, resolvendo os confrontos impertinentes à situação real de trabalho (FÍGARO, 2008, p. 119).

A distância entre o trabalho prescrito ou normas antecedentes e o trabalho real é singular, não é a mesma para todos os trabalhadores. Pode até haver repetições e tendências, mas como observam Schwartz e Durrive (2007), cada distância está inscrita em uma história de trabalho particular. E essa história particular caracteriza as “dramática do uso de si”. Para Fígaro (2008, p. 122), as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros são reveladoras das contradições inerentes à vida em sociedade, pois expressam os confrontos entre as estruturas macro e microsociais.

Entendemos por ‘dramática’ o movimento entre norma prescrita, infidelidade do meio, re-normalização e atividade singular. Esta contradição inerente ‘a toda’ a atividade de trabalho, própria da vida, é potencializada pelo conflito entre as diferenças socioeconômicas, pela apropriação mercantil do trabalho, pela exploração, pela desvalorização do trabalho. A contradição e o conflito são geridos e negociados a todo o momento, isso é a atividade humana, é o corpo-si, expressando-se na dimensão dialética do micro e macro-social. Atividade humana afeita, portanto, ao movimento da história.

A compreensão das dramáticas do uso de si por si mesmo e pelos outros é uma maneira de olhar para as condições de trabalho particulares e compreender os processos globais, movimento metodológico e teórico que adotamos neste artigo para analisar as condições de trabalho dos jovens jornalistas cearenses enquanto estagiários. Portanto, apresentaremos, a seguir, algumas problemáticas vividas pelos jovens ao adentrarem o mundo do trabalho do jornalismo cearense ainda na fase de estágio supervisionado ou remunerado e como estas se relacionam com os movimentos produtivos dominantes no mundo do trabalho contemporâneo.

Os resultados aqui apresentados são decorrentes da primeira fase de nossa pesquisa empírica de doutorado, analisados sob um olhar qualitativo à luz do referencial teórico e metodológico que cimenta a abordagem da comunicação e trabalho. Recortamos para análise, relatos de jovens jornalistas que estagiaram em redações de grandes veículos de comunicação cearenses.

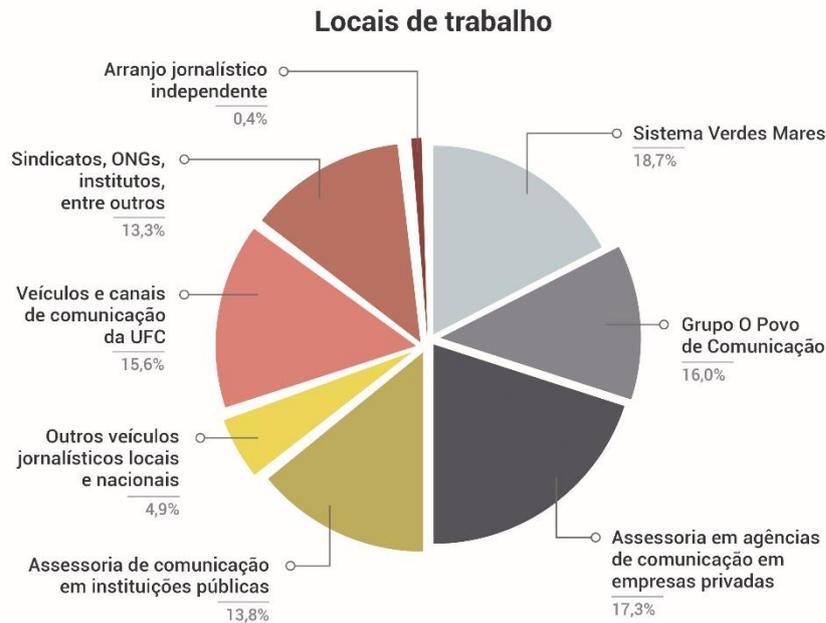
O mundo do trabalho dos estagiários em Jornalismo no Ceará

Durante o processo formativo, todos os estudantes que compõem nossa amostra estagiaram de forma remunerada ou curricular, pois o estágio supervisionado é um item curricular obrigatório no curso. Dos 131 respondentes, 54% deles declararam ter realizado estágio em apenas uma instituição, enquanto 27% deles estagiaram em dois lugares durante a duração do curso e 19% trabalharam como estagiários em três ou mais lugares.

Em relação ao local em que realizaram esse estágio e tiveram a primeira experiência de trabalho no jornalismo, temos o Sistema Verdes Mares e o Grupo O Povo de Comunicação como os locais em que os estudantes mais estagiaram. Juntos, eles contabilizam 34,7% dos lugares que acolheram esses aprendizes de jornalistas. Essa posição se deve por serem os maiores sistemas de comunicação do Estado, com jornais impressos, rádios, TVs e portais de notícias.

Se o dado é resultado de uma predileção particular dos estudantes ou pela demanda por estagiários provenientes desses sistemas ser maior que a de outras corporações não conseguimos dimensionar nesse estudo, contudo, ele aponta para a centralidade das grandes organizações midiáticas para a entrada no mundo do trabalho do jornalismo. Realidade essa que espelha um imaginário em circulação no campo do jornalismo da impossibilidade de se fazer jornalismo fora dos grandes meios de comunicação, a ponto de se acreditar que o “verdadeiro jornalismo”, o jornalismo profissional só está nesses lugares. Esse pensamento, conforme Fígaro (2014), colabora para a construção de preconceitos em torno dos jornalisismos praticados fora desses espaços, dos jornalisismos às margens das corporações de mídia, como também explicam Deuze e Witschge (2015).

Gráfico 1: Locais onde os jovens jornalistas estagiaram



Fonte: autoria própria

Vale mencionar que as agências de comunicação e empresas privadas foram o segundo maior local de acolhimento de estagiários, aparecendo em 17,3% das respostas. Em terceiro lugar neste ranking está a própria Universidade Federal do Ceará que, por meio da seleção de bolsistas para atuarem em seus canais de comunicação, recebeu 15,6% dos estudantes. Daí a importância da universidade pública, que não se restringe somente ao ensino de saberes acadêmicos, mas à formação de um trabalhador no sentido amplo do termo, ofertando-lhe experiências práticas que, muitos jovens, propagando uma perspectiva reducionista do papel social das instituições de ensino superior públicas, julgam só poderem encontrar fora do ambiente escolar.

A ideia de que a teoria se aprende em sala de aula e a prática nas empresas forja uma “falsa polarização entre formação teórica e formação técnica”, nas palavras de Figaro (2014, p. 32), que só contribui para o reforço da legitimidade das grandes empresas em detrimento de outras instituições e locais em que o jornalismo pode ser performedo. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Jornalismo, o estágio curricular obrigatório pode ser realizado em instituições públicas, privadas, no terceiro setor, na própria universidade, em veículos jornalísticos autônomos e em agências ou escritórios de assessoria de imprensa e comunicação (BERNARDO; LEÃO, 2017, p. 217). Essa diversidade de locais, no entanto, não significa que as DCNs

reconheçam todas as performances jornalísticas visíveis na atualidade. Reis, Faccin e Ferreira (2017, p. 235) questionam, por exemplo, se iniciativas empreendedoras de estudantes ou de profissionais nas plataformas digitais, com caráter mais informal, como canais no YouTube ou blogs, que se configurem como experiências jornalísticas, não podem ser também locais propícios para a realização do estágio supervisionado. Em razão disso, Bernardo e Leão (2017) criticam a omissão das diretrizes em relação à regulamentação do estágio que não é aprofundada no texto das DCNs.

Esse é apenas um dos pontos críticos do estágio supervisionado em Jornalismo apontados pelas pesquisadoras, elas consideram que a atividade é alvo de influências contraditórias provenientes das empresas jornalísticas, do Estado (por meio das legislações) e da universidade. Reis, Faccin e Ferreira (2017, p. 223) consideram essas influências cruzadas um dos nós inerentes à regulamentação dos estágios e apontam a negociação entre os agentes envolvidos a única maneira possível para que esses nós possam ser desatados.

Os conflitos relativos à carga horária de trabalho aparecem como um dos nós do estágio, seja ele remunerado ou curricular. Conforme a lei 11.788/2008 que rege, no Brasil, a realização de estágios por estudantes do ensino superior, profissionalizante e médio, o estagiário de nível superior deve cumprir até seis horas de trabalho diárias e 30 horas semanais. Dentre os jornalistas que responderam ao questionário, 90% deles cumpriram estágios com duração de 20 e 30 horas semanais, sendo que 65,8% dos participantes afirmaram que trabalhavam horas extras durante o período de estágio.

A extensão da jornada de trabalho para além do previsto nos contratos de trabalho é um fenômeno corrente na atualidade, marca do modo de produção toyotista e de seu enredamento do trabalhador de forma a aumentar a produtividade sem custos adicionais, caracterizando assim a densificação do trabalho (ANTUNES, 1999). O trabalho densificado dos estagiários demonstra uma primeira incongruência entre os trabalhos prescrito e real no mundo do jornalismo. Dinâmica essa considerada por Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) como uma marca da precarização no mundo do trabalho dos jornalistas. Precarização caracterizada ainda pela assunção de funções, por parte dos estagiários, que deveriam ser dedicadas a jornalistas profissionais. É o que revela o depoimento de uma egressa:

Na TV, a carga horária era 30h/semanais. Na semana, geralmente, não fazia hora extra; nos plantões, sim, porque a equipe era extremamente reduzida e eu cumpria a função de repórter (então demorava mais para

fazer matérias pelo deslocamento, entrevista, escrever etc.) (JORNALISTA 19).

Percebe-se nesse enunciado como a força de trabalho do estagiário era incorporada à rotina produtiva com vistas a dirimir os problemas advindos da ausência de jornalistas profissionais, ocasionado pelo enxugamento das redações (FÍGARO, 2018), o que claramente era uma transgressão da regulação da atividade de estágio. Silva e Oliveira (2019, p. 47- 48) denominam a substituição do profissional pelo estagiário como “estágio profissional”, condição preocupante que só colabora para a desvalorização do saber-fazer do jornalismo e para a precariedade da profissão.

Nas vivências dos participantes de nossa pesquisa, a realização de tarefas destinadas a um profissional por um estagiário não se resumiu ao trabalho nos finais de semana, apesar de ser recorrente situações como a ilustrada pelo depoimento acima. Dentre as demais razões para esse desvio apontadas pelos egressos estão os desdobramentos da rotina produtiva, as demandas da empresa e o excesso de trabalho.

Gráfico 2: Justificativas para a realização de horas extras durante o estágio



Fonte: autoria própria

Dentre as justificativas apontadas pelos jornalistas, é interessante perceber a normalização da densificação e da intensificação⁶ do trabalho quando se alega que as

⁶ A intensificação do trabalho acontece quando se tem a sensação de estar trabalhando mais, realizando mais tarefas durante a jornada de trabalho normal. Fenômeno também característico da reestruturação produtiva no mundo do trabalho (ANTUNES, 1999).

horas extras trabalhadas são decorrentes dos desdobramentos inerentes à rotina produtiva. Ou seja, sem hora extra, o deadline não seria cumprido e não existiria jornalismo. O que mostra a associação direta e indissociável entre a profissão e a intensificação da jornada de trabalho, e revela o dilema entre a prescrição formalizada na assinatura do termo de estágio e seu descumprimento nas situações reais de trabalho. Os prejuízos dessa prática, em se tratando do fato de os trabalhadores ainda serem estudantes, foi relatado por um dos respondentes:

Minha carga horária no jornal era de 30h semanais, mas eu também trabalhava horas extras até a conclusão da pauta com a qual havia sido designado. Era uma situação muito comum. Havia dias em que eu entrava às 8h e saía às 20h, perdendo aula inclusive. Por conta das demandas do setor serem maiores do que minha capacidade de trabalho, que era menor por falta da experiência. (JORNALISTA 54).

A normalização do excesso de trabalho fica evidente quando o jornalista afirma que o setor tinha muitas demandas que eram superiores à capacidade produtiva dele dada sua inexperiência. Ou seja, ele, de certa forma, se responsabiliza pelo cumprimento de horas extras e não tem consciência ou se conforma perante a prática abusiva da organização, que estava deixando de cumprir seu papel formativo na medida em que atribuía tarefas em excesso ou com nível de complexidade maiores para o período formativo em que o estudante se encontrava. Dessa maneira, a primeira experiência de trabalho no jornalismo do jornalista 54 se dá no nível da precarização e não pode ser considerada uma formação com toda a carga positiva e construtiva que essa palavra tem, mas sim uma deformação, pois interferia na própria formação acadêmica do estudante, na medida que o impedia de frequentar as aulas, subvertendo assim as orientações contidas nas DCNs.

O depoimento ilustra assim a dramática do uso de si pelos outros (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) experienciada pelo estagiário, que se sentiu incapaz de realizar as atividades que lhe eram demandadas no período correspondente à carga horária do estágio. Reis, Faccin e Ferreira (2017, p. 232) lembram que “(...) o horário previsto para o estágio (incluindo o tempo mínimo de 30 minutos para deslocamento para a sua realização) deverá ser compatível com a grade horária do curso, evitando qualquer prejuízo a sua integralização”. A permanência do estudante em praticamente dois turnos no local de trabalho contraria completamente essa norma, causando perdas acadêmicas para o estagiário e se convertendo em um tipo de exploração intensiva da força de

trabalho. A situação narrada pelo jornalista 54 se conecta com outros relatos que mostram o descumprimento da lei do estágio e das orientações das DCNs.

Não era bem “hora extra”, porque eles dividiam as horas semanais (30) da seguinte forma: 5h de trabalho de segunda a sexta, para acumular horas para o plantão dos finais de semana (em duas semanas, 10h. Os plantões eram um final de semana sim, outro não). Mas eu também trabalhava em todos (todos mesmo, incluindo Natal, 1º de janeiro...) os feriados sem receber extra por isso (enquanto todos os outros da redação assinavam a folha de ponto para receber). (JORNALISTA 121).

Quando estagiava de forma remunerada, o jornalista 121 trabalhava nos finais de semana e feriados sem receber proventos, o que caracteriza uma lógica perversa do “estágio profissional”, que submete os aprendizes a uma dinâmica já considerada comum no trabalho profissional: a realização de horas extras não remuneradas. O cumprimento de horários já costuma ser um dos nós da atividade profissional, assim como o respectivo pagamento de horas extras trabalhadas. Transformadas em banco de horas, que raramente são integralmente descontados ou monetarizados, as horas extras rapidamente deixam de ser privilégio daqueles que têm vínculo empregatício e se integram à rotina do estagiário, que terá que se posicionar entre o que lhe é demandado pelo supervisor da empresa e pelo professor da disciplina estágio supervisionado, que enfatiza seus direitos legais. (REIS; FACCIN; FERREIRA, 2017, p. 232-233).

Quando o estagiário trabalha para além da jornada prescrita e não recebe dividendo nenhum por sua atividade, subentendemos que, nesse caso, o trabalho é trocado pela oportunidade de viver uma experiência jornalística, ou seja, o estagiário deve se dar por satisfeito em a organização permitir-lhe trabalhar, leia-se ser explorado. Os saberes investidos⁷ (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) em jogo aqui têm um alto custo físico, emocional e ético para o estagiário que inicia sua socialização no mundo do trabalho pelo viés da precarização e do desrespeito à legislação vigente, cujo sentido é de proteger esse trabalhador em formação.

Essa dinâmica servil estava entranhada inclusive nas relações de trabalho, perceptível quando um respondente afirma que fazia hora extra “porque os chefes faziam pressão e diziam que me demitiriam” (JORNALISTA 42). E quando outro enfatiza: “Não me davam opção de não trabalhar” (JORNALISTA 77). Esses estagiários eram

⁷ Para a Ergologia, na realização de toda atividade de trabalho, há um encontro entre os saberes instituídos, provenientes da ciência, da formação acadêmica, e os saberes instituídos, aqueles que emergem da experiência prática, da atividade real e concreta de trabalho. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

constrangidos a trabalhar mais do que o acordado em seus termos de estágio, o que denuncia uma relação de poder opressora por parte de profissionais que deveriam supervisionar, instruir e acolher os aprendizes e não normalizar práticas de exploração e subjugação, descaracterizando completamente o sentido do estágio.

Afinal, de acordo com o projeto político e pedagógico do curso de Jornalismo da UFC, o estágio supervisionado tem como objetivos:

1. aplicar, ampliar e adequar conhecimentos técnicos científicos visando a integração entre a teoria e a prática no desenvolvimento de habilidades, requeridas para a formação do perfil profissional;
2. exercitar-se na perspectiva da prática profissional através de sua inserção em situação real de trabalho;
3. conhecer a realidade socioeconômica e cultural da população, no contexto da área de atuação do estágio;
4. participar do trabalho em equipes multiprofissionais;
5. desenvolver a capacidade crítica e a percepção humanística da realidade, identificando seu potencial como elemento de transformação da sociedade (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2005, p. 41)

Há quem possa argumentar que esses estudantes que foram oprimidos e pressionados a trabalhar estavam apenas tendo contato com a “situação real de trabalho”. Mas será que é esse real para o trabalho que de fato queremos? A reprodução de opressões e da precarização é uma realidade sim, porém, como bem pontua o quinto objetivo do documento do curso de Jornalismo da UFC, precisamos desenvolver a capacidade crítica e a percepção humanística dos estudantes para transformar a realidade, e isso começa com a identificação de que situações como as apontadas aqui não são legítimas e não podem ser a regra.

A exceção, que poderia ser regra, estava nas palavras de uma única jornalista para quem a extensão da jornada de trabalho foi positiva. “Porque gostava. Sempre fui apaixonada pelo meu estágio” (JORNALISTA 95). A paixão aqui aparece como uma pulsão de vida para o trabalho, promovendo o envolvimento da então estagiária com a atividade e, possivelmente, fazendo com que o estágio fosse uma experiência saudável, com sentido edificante, atendendo ao objetivo educacional proposto.

Considerações finais

A densificação da jornada de trabalho dos estagiários tem consequências sérias, pois transforma os estudantes ainda em fase de aprendizado em mão-de-obra precarizada

que preenche as lacunas deixadas pela precarização estrutural das redações. Ela também atrapalha os estudos, sendo causa para a perda de aulas, atraso na conclusão do curso e para o desgaste físico e emocional dos jovens jornalistas. Ou seja, percebe-se assim a reprodução de um cenário de exploração do trabalho que é mandatário, principalmente, nas grandes organizações de mídia, em que os próprios jornalistas, como supervisores dos estagiários, encarregam-se de perpetuar a precarização, promovendo assim uma socialização no mundo do trabalho calcada mais na exploração do que na solidariedade.

Além disso, os jovens jornalistas, ainda como estagiários, são impelidos a dedicarem muito de seu tempo no trabalho na redação sob o argumento de que a densificação e a intensificação do trabalho são “naturais”, “normais” na profissão. Esse ideal abnegado da profissão transita no imaginário social e no mundo do trabalho do jornalismo mascarando opressões e precarizações sob uma imagem idílica de um jornalista herói, aceita e reproduzida por várias gerações profissionais como um dos mitos da cultura jornalística, cultivado e propagado como forma de exaltação do ofício, mas que é desvelado por alguns participantes da pesquisa quando eles atentam para o lado negativo do trabalho no mundo do jornalismo.

Diante dessa realidade, cabe aos cursos de jornalismo e à universidade como um todo ficarem atentos ao cumprimento das regras, das prescrições para o trabalho dos estagiários em jornalismo de forma que essa experiência tenha de fato um caráter formativo e não se transforme em um paliativo para as deficiências produtivas das grandes organizações de mídia.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Estágio em jornalismo: uma relação marcada por conflitos entre os interesses do Estado, do mercado e da academia. In **Revista brasileira de ensino de jornalismo – REBEJ**. Brasília, v. 7, n. 21, p. 207-218, jul./dez. 2017. Disponível em <http://www.abejor.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/issue/view/19>. Acessado em 14 de dezembro de 2019.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo, Palas Athena, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri – SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CURSO DE JORNALISMO. **Projeto pedagógico do curso de Comunicação Social**. Fortaleza: Curso de Jornalismo da UFC, 2015. Disponível em <https://19fd89e4-9cbd-4655-b08b->

6f69644b0d5d.filesusr.com/ugd/820f15_4b00263f15854440bff0e85b6a889ceb.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2019.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do Jornalismo. In **Leituras do Jornalismo**. Ano 2. V. 2. Nº 4. Jul/Dez, 2015. Disponível em <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/7>. Acessado em 10 de outubro de 2017.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Claudia. e GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FÍGARO, Roseli. Atividade de comunicação e de trabalho. In **Trabalho, educação e saúde**. vol.6 no.1 Rio de Janeiro Mar./Jun, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000100007. Acessado em 02 de dezembro de 2018.

_____ As contribuições da abordagem ergológica para o binômio Comunicação e trabalho. In **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2009. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: Intercom, 2009.

_____ A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. In **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. V 16. N. 2, maio/agosto, 2014. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.06>. Acessado em 30 de janeiro de 2017.

_____ **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA/USP. 2018.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão popular, 2010.

REIS, Marco Aurélio; FACCIN, Milton Júlio; FERREIRA, Soraya Venegas. O estágio de jornalismo entre nós: reflexões sobre algumas propostas de implantação do estágio curricular nos cursos de Jornalismo. In **Revista brasileira de ensino de jornalismo – REBEJ**. Brasília, v. 7, n. 21, p. 207-218, jul./dez. 2017. Disponível em <http://www.abejor.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/issue/view/19>. Acessado em 14 de dezembro de 2019.

SCHWARTZ, Yves.; DURRIVE, Louis. (Org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.